PROTOCOLO GERAL

Nr .....

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 12ª RM
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

ASSUNTO

Nr.....

UASG 167019
DISPENSA NR 26/2023
EMPENHO – 000209

DATA:12/09/2023

SALC - H Gu T **2023**

Interessado: Ordenador de Despesas do Hospital de Guarnição de Tabatinga.

Assunto: SOLICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (MARMITA).

Anexos: - Proc Adm N° 64597.003339/2023-82

Movimento do Processo

DESTINO	D A T A			DESTINO	D A T A		
1				12			
2				13			
3				14			
4				15			
5				16			
6				17			
7				18			
8				19			
9				20			
10				21			
11				22			

MINISTÉRIO DA DEFESA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

ÍNDICE

Termo de Autuação..... Fls nº 01
DIEx 92 – Set Aprov/Div Adm/S Dir/Dir..... Fls nº 02
Documento de Formalização da Demanda..... Fls nº 03 – 05
Estudo Tecnico Preliminar..... Fls nº 06 – 09
Termo de Justificativa..... Fls nº 10 – 11
Gerenciamento de Risco..... Fls nº 12 – 16
Proposta Comercial..... Fls nº 17 – 19
Mapa Comparativo da Pesquisa de Preço..... Fls nº 20 – 22
Relatório de Pesquisa de Preços..... Fls nº 23 – 25
Termo de Referencia..... Fls nº 26 – 32
Certidão..... Fls n° 33 – 34
Boletim Interno..... Fls n° 35 – 36
Cheque Liste..... Fls nº 37 – 42
Termo de Encerramento..... Fls nº 43

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA
Fl nº 01
RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

TERMO DE AUTUAÇÃO

Processo autuado sob o **N° 64597.003339/2023-82,** que trata da realização de Processo de Empenho, para **SOLICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO,** visando atender as necessidades do Hospital de Guarnição de Tabatinga.

Tabatinga/AM, 29 de agosto de 2023.

[redacted]

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 02
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 12ª RM
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

DIEx 92 – Set Aprov/Div Adm/S Dir/Dir
EB: 64597.003339/2023-82

Tabatinga, AM, 29 de agosto de 2023.

Do Chefe do Setor de Aprovisionamento
Ao Sr Fiscal Administrativo
Assunto: Aquisição de material de consumo – marmita
Anexos:
- Formalização de demanda;
- Estudo técnico preliminar;
- Justificativa da Dispensa de Licitação;
- Gerenciamento de Risco;
- Pesquisa de Preço;
- Mapa comparativo;
- Relatório da Pesquisa de Preços;
- Proposta da Empresa;
- CND Municipal e Estadual;
- TR;
- Certidão SICAF

Nos termos do contido no Parágrafo 7º do Art. 15 da Port nº 1-SEF, de 27 JAN 14, visando à futura aquisição de material de consumo – marmita para o Setor de Aprovisionamento do Hospital de Guarnição de Tabatinga.

[redacted]

Despacho do Fiscal Administrativo:

1. Sou de parecer que seja realizado tal processo licitatório relacionado.

Tabatinga, AM, 29 de AGOSTO de 2023.

[redacted]

Despacho do OD:

1. Aprovo o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência; Autorizo a Dispensa de Licitação.
2. A SALC adote as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor.
3. Publique-se.

Tabatinga, AM, 29 de AGO de 2023

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 03
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

(Processo Administrativo nº 64597.003339/2023-82)

Órgão: **Hospital de Guarnição de Tabatinga**
Setor Requisitante: **Setor de Aprovisionamento**
[redacted]

1. Justificativa da necessidade de aquisição de material de consumo - marmitas para o Setor de Aprovisionamento do Hospital de Guarnição de Tabatinga.

1.1. DOS ASPECTOS TÉCNICOS DA NECESSIDADE

1.2. O Hospital de Guarnição de Tabatinga, atualmente, possui, em suas instalações, 01 (um) Centro Cirúrgico, 01 (um) Setor de Semi-intensiva, 01 (um) Setor de Unidade de Internação, 01 (uma) Farmácia, 01 (um) Laboratório e 01 (um) Setor de Banco de Sangue, Atendimento clínico e especializado, 01 (uma) Odontoclínica, Serviço de Raio X, Sala de Vacina e Pronto - Atendimento para atendimento aos militares das esferas federal, estadual e municipal, seus dependentes, usuários do Fundo de Saúde do Exército, civis e indígenas regulados pelo sistema SISREG (Sistema de regulação). No Hospital de Guarnição de Tabatinga é atendida toda a população do Alto Solimões, por ser o hospital de referência das unidades dos municípios vizinhos, e atende inclusive, cidadãos de outros países, como Peru e Colômbia, em virtude do Convênio firmado entre a 12ª Região Militar e o Estado do Amazonas, totalizando cerca de 320.000 mil usuários.

1.3. Para realizar a alimentação de forma adequada e compatível com a necessidade clínica de todos os militares e pacientes do Hospital, faz se necessário a presente aquisição de marmitas descartáveis para utilização na alimentação dos pacientes e acompanhantes, conforme as especificidades descritas neste processo.

1.4. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DA AQUISIÇÃO

1.4.1. As especificações técnicas do objeto, realizada pelo setor requisitante, apresenta-

das no processo, correspondem às reais necessidades da administração militar, não caracterizando, em hipótese alguma, restrição indevida a competitividade.

1.4.2. A aquisição de marmitas deve ser levado em consideração pois a contratação tem a finalidade de atender as necessidades dos militares e pacientes atendidos no Hospital de Guarnição de Tabatinga.

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 04
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

1.5. DOS RISCOS RELATIVOS À FALTA DE AQUISIÇÃO DOS ITENS.

1.5.1. As marmitas descartáveis em questão, são essenciais para o funcionamento deste hospital, uma vez que interfere diretamente na eficiência de seu funcionamento, refletindo especialmente na alimentação de todos os militares e pacientes.

1.5.2. A não aquisição resulta na dificuldade no atendimento, assim como alimentação incompleta dos pacientes atendidos neste hospital.

1.5.3. A falta deste material pode gerar danos à saúde dos pacientes e daqueles que se alimentam diariamente no Hospital de Guarnição de Tabatinga.

1.5.4. Descumprimento das legislações vigentes na aquisição de acordo com as normas para aquisição de Gêneros Alimentícios e descartáveis com a finalidade de alimentação hospitalar.

2. Quantidade de material a ser adquiro.

Nº	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Marmita descartável, nº 9, material: alumínio, formato: redonda, diâmetro 21 cm, profundidade 6 cm, com tampa, capacidade em volume: 1200 ml; fechamento a máquina. Similar ou superior ao modelo 9 da marca Wyda.	Unidade	1538

3. Previsão de data em que deve ser iniciada a contratação

3.1 Imediatamente após a formalização do processo de Dispensa Direta, será emitida Nota de

Empenho e enviada a empresa.

4. Indicação do responsável pelo planejamento e o responsável pela fiscalização.

4.1 Responsável pela Aquisição do Material de Consumo

[redacted]a

Tabatinga-AM, 29 de agosto de 2023.

[redacted]

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA
Fl nº 05
RUBRICA

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 06
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA
DISPENSA ELETRÔNICA nº 26/2023
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Processo Administrativo nº 64597.003339/2023-82)

1. Necessidade da Contratação

1.1. A aquisição de marmitas descartáveis, objeto do presente estudo técnico preliminar, visa atender às necessidades do Setor de Aprovisionamento do Hospital de Guarnição de Tabatinga – HGuT que atende diariamente, funcionários civis, militares/dependentes internados e seus acompanhantes, civis internados e seus acompanhantes, indígenas internados e seus acompanhantes entre outros públicos.

1.2. Nesse sentido, com o objetivo de atender às normas vigentes e garantir as condições adequadas para a distribuição das refeições da OM é de suma impor a aquisição dos gêneros alimentícios de acordo com descrições do objeto

1.3. Justifica-se a presente aquisição em função da capacidade produtiva do Setor de Aprovisionamento que conta com os seguintes subsetores: 01 (uma) padaria, 01 (uma) cozinha, 01 (um) açougue, 02 (dois) cassinos e 01 (uma) área de manipulação de hortifrúti.

1.4. Nesse contexto, o Setor de Aprovisionamento realizou um rigoroso levantamento das necessidades de marmitas descartáveis para confecção e distribuição dos alimentos necessários para o bom andamento das atividades desta OMS.

2. Referência a Outros Instrumentos de Planejamento do Órgão ou Entidade

2.1. A presente contratação o encontra respaldo institucional conforme:

2.1.2. Manual de Orientação aos Agentes da Administração 2023.

2.1.3. Planejamento Estratégico do Hospital de Guarnição de Tabatinga;

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 07
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

3. Requisitos da Contratação

3.1. A empresa deverá manifestar interesse em fornecer o material através de proposta formal com preços, datada e assinada pelo responsável legal da empresa, deverá apresentar CND Municipal e Estadual sem débitos pendentes e Cadastro SICAF.

4. Estimativa das Quantidades, Acompanhadas das Memórias de Cálculo e dos Documentos que lhe Dão Suporte.

4.1. Considerando aquisição do material a ser fornecido de acordo com a descrição do objeto, levando-se em conta os itens que não foram contemplados no Pregão SRP e a Dispensa Eletrônica nº 20 foi fracassada por ausência de propostas válidas.

5. Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar

5.1. O levantamento de mercado foi realizado com base na pesquisa de preços, levando-se em consideração os preços e produtos oferecidos no mercado local e regional, bem como características e peculiaridades inerentes a localização deste hospital na região do Alto Solimões.

5.2. A materialização da Pesquisa de Preço está devidamente inclusa nos autos do presente Processo.

5.3. Quanto o tipo de solução a contratar, conclui-se que a Dispensa Direta é a solução mais viável economicamente, uma vez que esta DIVIS não possui pregão vigente para aquisição destes itens de forma tempestiva e uma possível aquisição por meio de Adesão a Ata SRP por Órgão não Participante foi descartada após inexistência de atas vigentes e o desinteresse de fornecedores em fornecer por meio desta opção devido altos custos de fretes e aquisições na região, ainda houve tentativa de aquisição por meio de Dispensa Eletrônica onde não houve propostas válidas.

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 08
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

6. Estimativas de Preços ou Preços Referenciais

6.1. Os valores de aquisição apresentado no presente estudo foi oriundo da proposta da empresa inicialmente e posteriormente realizado juízo seguro se o preço em questão se mantém abaixo do mercado através do estudo realizado no Relatório de Pesquisa de preços e demonstrado no mapa comparativo a fim de manter a economicidade da aquisição para união.

7. Descrição da Solução como um Todo

7.1. A aquisição de marmitas descartáveis em questão, caracteriza-se como aquisição de material comum.

7.2. Dessa forma, o Hospital de Guarnição de Tabatinga é uma instituição que, em conjunto com unidades do Ministério da Saúde, integram a assistência prestada à militares e seus dependentes da guarnição de Tabatinga e a população do Alto Solimões e necessita das marmitas descartáveis em quantidades e qualidade adequada a fim de fornecer e distribuir uma alimentação adequada para seus militares e pacientes.

8. Justificativas para o Parcelamento ou Não da Solução, Quando Necessária para Individualização do Objeto

8.1. O item da referida dispensa não será parcelado, tendo em vista a natureza do objeto a ser contratado, para obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

9. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis

9.1. Os resultados pretendidos na aquisição do material de consumo em tela consistem na manutenção de um parâmetro de segurança alimentar, visando atender o Princípio da Administração Pública relacionado a Economicidade.

10. Providências para adequação do ambiente do órgão

10.1. Não há necessidades de adequações específicas do órgão.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 09
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

11.1. Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para esta viabilidade e contratação desta demanda.

12. Declaração da Viabilidade (ou não) da Contratação

12.1. Os estudos preliminares evidenciaram que a aquisição de marmitas descartáveis para o Setor de Aprovisionamento do Hospital de Guarnição de Tabatinga, é conveniente, oportuno, e, sobretudo, é fundamental para atender as necessidades da seção citada e mostra-se, portanto, possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, deciara-se ser viável a contratação pretendida.

Tabatinga, AM, 29 de agosto de 2023.

[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 12ª RM
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 10
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nrº 26/2023
(Processo Administrativo nº 64597.003339/2023-82)
Termo de Justificativa

A fim de cumprir o que prescreve o inciso IV do Art. 50º da Lei Nrº 9.784/99, justifico a necessidade da aquisição dos itens da referida requisição, nos termos que se seguem:

1. **JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DO OBJETO**

1.1. O Hospital de Guarnição de Tabatinga, atualmente, possui, em suas instalações, 01 (um) Centro Cirúrgico, 01 (um) Setor de Semi-intensiva, 01 (um) Setor de Unidade de Internação, 01 (uma) Farmácia, 01 (um) Laboratório e 01 (um) Setor de Banco de Sangue, Atendimento clínico e especializado, 01 (uma) Odontoclínica, Serviço de Raio X, Sala de Vacina e Pronto - Atendimento para atendimento aos militares das esferas federal, estadual e municipal, seus dependentes, usuários do Fundo de Saúde do Exército, civis e indígenas regulados pelo sistema SISREG (Sistema de regulação). No Hospital de Guarnição de Tabatinga é atendida toda a população do Alto Solimões, por ser o hospital de referência das unidades dos municípios vizinhos, e atende inclusive, cidadãos de outros países, como Peru e Colômbia, em virtude do Convênio firmado entre a 12ª Região Militar e o Estado do Amazonas, totalizando cerca de 320.000 mil usuários.

1.2. Para realizar a alimentação de forma adequada e compatível com a necessidade clínica de todos os militares e pacientes do Hospital, faz se necessário a presente aquisição de marmitas descartáveis, conforme as especificidades descritas neste processo.

2. **JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE**

2.1 Os quantitativos solicitados nesta requisição, bem como suas características constam no Estudo Técnico Preliminar pertencente ao presente processo.

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 11
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

3. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

3.1. Conclui-se que a Dispensa Direta é a solução mais viável economicamente, uma vez que esta OMS não possui pregão vigentes para aquisição destes itens de forma tempestiva e uma possível aquisição por meio de Adesão a Ata SRP por Órgão não Participante foi descartada após inexistência de atas vigentes e o desinteresse de fornecedores em fornecer por meio desta opção devido altos custos de fretes e aquisições na região e ainda na tentativa de aquisição por meio da Dispensa Eletrônica, a Dispensa nº 20 foi fracassada devido à ausência de propostas válidas.

3.2. Sendo assim, se faz necessário à contratação por dispensa direta na modalidade prevista no inciso II, III "a" do Art. 75 da Lei Nrº 14.133/2021).

4. JUÍZO DE CONVENIÊNCIA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

4.1 Este material de consumo é essencial para manter o bom funcionamento do Hospital de Guarnição de Tabatinga, uma vez que está ligado diretamente a alimentação de militares e pacientes.

5 JUÍZO DE OPORTUNIDADE DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

5.1 Tendo em vista o apresentado nos parágrafos anteriores, a aquisição é necessária, fundamental e se mantém dentro dos limites legais. Sendo assim, é oportuno a contratação de aquisição de material de consumo em tela posto que a sua não realização poderá implicar no agravamento do quadro clínico de pacientes no HGuT.

Tabatinga, AM, 29 de agosto de 2023.

[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 12ª RM
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 12
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

GERENCIAMENTO DE RISCO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2023
NUP: 64597.003339/2023-82

1. INTRODUÇÃO

1.1. Na presente aquisição por meio de Dispensa de Licitação, assim como em toda contratação, vislumbram-se a possibilidade de ocorrência de eventos negativos (riscos) que podem frustrar ou dificultar o atingimento do objetivo pretendido. O gerenciamento de riscos aqui implementado tem por finalidade mitigar a possibilidade de ocorrência desses eventos negativos.

1.2. Sendo assim, a seguir serão apresentados os principais riscos levantados pela Equipe de Planejamento da Contratação.

1.3. O Gerenciamento de Riscos é um processo que consiste nas seguintes atividades:

I - identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação;

II - avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco;

III - tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências;

IV - para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem; e

V - definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

1.4. Entende-se por ação **preventiva**, ações a serem tomadas, com base nas causas dos riscos, de forma a evitar ou reduzir a probabilidade de ocorrência dos riscos.

1.5. Em contrapartida, as **ações de contingência**, são aquelas adotadas quando o evento negativo já ocorreu (materialização do risco) e visam minimizar o impacto da ocorrência.

RISCOS

Risco 1 – Não haver disponibilidade orçamentária

Ministério da Defesa Exército Brasileiro
Fl nº 13
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

Probabilidade:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta

Dano

Não será possível a contratação, o que acarreta em dificuldade de atender a demanda diária de militares arranchados, visto que a reposição dos materiais é de grande necessidade.

Ação Preventiva

Intensificar a ligação com os Órgãos descentralizadores de recursos.

Ação de Contingência

Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual, acompanhado de revisão da necessidade imediata dos itens demandados.

Risco 2 – Especificação insuficiente para as aquisições			
Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta

Dano

Materiais adquiridos de forma que não abrangem todas as necessidades institucionais.

Ação Preventiva

Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de aquisição do material.

Ação de Contingência

Estudar as necessidades de materiais da seção e todos os parâmetros necessários para inclusão no Termo de Referência para a aceitação do material no momento do certame, para que não haja rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório posteriormente.

Risco3– Contratada não cumprir com as obrigações de entrega do material			
Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 14
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

Impacto:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta

Dano

Materiais entregues fora do prazo previsto. Dificultando, portanto, as atividades realizadas pelos militares do setor, impactando diretamente na distribuição das refeições diárias.

Ação Preventiva

Elaboração do termo de referência, em especial a descrição dos itens o mais detalhado possível de forma que a empresa contratada saiba exatamente o que deve ser fornecido e o prazo de e locais de entrega. Observando o princípio da economicidade.

Ação de Contingência

Sanção Administrativa da contratada conforme Art. 87 da Lei 8.666 de 21 junho de 1993.

Risco 4 – Contratada entregar materiais de baixa qualidade

Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	(X) Média	() Alta

Dano

A utilização de material de baixa qualidade na realização do serviço interfere na garantia do mesmo. Ou seja, sua durabilidade fica comprometida, fazendo com que seja necessária a realização de reposição. Ferindo, assim, os princípios da eficiência e economicidade.

Ação Preventiva

Adicionar no Termo de Referência a descrição completa dos materiais que as contratadas devem fornecer.

Ação de Contingência

Notificação da empresa por envio de material não condizente com as descrições contidas no Edital. E, se necessário, sanção administrativa da contratada conforme Art. 87 da Lei 8.666 de 21 junho de 1993.

Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta

Dano

Os atores que devem atuar na fase de gestão do contrato (gestor, fiscal requisitante, fiscal especialista, fiscal administrativo, preposto) atuam sem nomeação formal, levando ao questionamento da legitimidade dos atos praticados na gestão contratual, com consequente impossibilidade de responsabilizar as partes do contrato e os agentes públicos que atuaram sem delegação.

Ação Preventiva

Autoridade competente nomeia formalmente os representantes da organização que atuarão na gestão do contrato, assim como seus substitutos eventuais.

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 15
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

Ação de Contingência
Gestor do contrato exige, após assinatura do contrato e antes do início da execução contratual, que o representante legal da contratada apresente formalmente o preposto da contratada. O procedimento de apresentação formal do preposto deve ocorrer sempre que houver sua substituição ou ausência temporária.

Risco 6 – Deficiências nos mecanismos para a gestão contratual			
Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta

Dano
Deficiência no planejamento da contratação, levando a contratos com especificações deficientes (em especial, nos modelos de execução do objeto e de gestão do contrato), o que gera dificuldade (ou até impossibilidade) de gerir o contrato, com consequente dificuldade (e até impossibilidade) de obter o objeto do contrato e fazer que a contratada cumpra as obrigações contratuais e legais.

Ação Preventiva
Gestor do contrato avalia se há mecanismos mínimos que permitam executar o contrato até o prazo estipulado. Em caso afirmativo, gere o contrato da melhor forma possível, mas propõe a não prorrogação do contrato (mesmo se houver previsão). Caso não haja mecanismos mínimos, o gestor do contrato negocia com a contratada aditivo bilateral para incluir os mecanismos mínimos. Em caso de recusa da contratada, o gestor deve propor a rescisão do contrato e nova contratação. Em quaiquer caso, o gestor do contrato informa à autoridade competente as deficiências que devem ser sanadas para a próxima contratação.

Risco 7 – Recebimento definitivo			
Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta

Dano
Licitante não mantém a regularidade fiscal da habilitação na fase de execução contratual, levando ao pagamento de fornecedor em débito com a fazenda, com consequente impossibilidade de a fazenda pública ressarcir-se de valores devidos.

Ação Preventiva
Fiscal (administrativo) consulta no Sicaf manutenção da regularidade fiscal antes de cada pagamento e, em caso de irregularidade, executa os procedimentos do art. 3º, §4º, da IN-SLTI 4/2013.

1. MATRIZ DE RISCOS

PROBABILIDADE DE	ALTA			

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 16
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

OCORRÊNCIA				
	MÉDIA	RISCO 01	RISCO 02 RISCO 03 RISCO 04 RISCO 05 RISCO 06	
	BAIXA			
		BAIXA	MÉDIA	ALTA
	GRAVIDADE /IMPACTO			

Tabatinga/AM, 29 de agosto de 2023.

Equipe de Planejamento da Contratação:

[redacted]

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 17
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

W SANTOS CHAVES
LICITAÇÕES

PROPOSTA COMERCIAL

Tabatinga-AM, 17 de julho de 2023.

AO HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA - HGuT

Prezados,

Pelo presente e em atenção a solicitação de orçamento, apresentamos nossa proposta comercial, conforme detalhamento abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	V.UNITÁRIO	V.TOTAL
1	Marmita descartável, nº 9, material: alumínio, formato: redonda, diâmetro 21 cm, profundidade 6 cm, com tampa, capacidade em volume: 1200 ml; fechamento a máquina. Similar ou superior ao modelo 9 da marca Wyda.	UND	1538	R$ 0,65	R$ 999,70
TOTAL					R$ 999,70

A empresa W SANTOS CHAVES EPP declara que:

a) Nos valores das propostas de preços estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transportes e acondicionamento em embalagens adequadas, conforme caso;

b) Atende todas as especificações, exigências técnicas mínimas, prazos de entrega ou de prestação, cronograma de execução e as respectivas quantidades, conforme caso;

c) Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

W SANTOS CHAVES:21860768000105
Assinado de forma digital por W SANTOS CHAVES:21860768000105
Dados: 2023.07.18 08:52:00 -03'00'

[redacted]

97 3412-4998 - 99165-3986
Rua Duque Caxias, 408
Bairro Comunitários, Cidade Tabatinga-AM

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA DE TABATINGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIRETORIA DE CADASTRO, COBRANÇA E FISCALIZAÇÃO

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 18
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº 523/2023

NOME:	W SANTOS CHAVES EPP
CPF/CNPJ:	21.860.768/0001-05
ENDEREÇO:	RUA. DUQUE DE CAXIAS, 305, COMUNICAÇÕES
INSC. MUN.	02199/15

Ressalvado o direito de a Secretaria de Fazenda / Diretoria de Cadastro, Cobrança e Fiscalização de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas, é certificado que não **CONSTAM**, até esta data, **PENDÊNCIAS** em seu nome, relativas aos tributos e contribuições municipais administrados por essa exatoria. Essa **CERTIDÃO** é a única emitida pela Secretaria de Fazenda / Coordenadoria de Fiscalização Tributária, inclui todos os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa do Município.
Certidão expedida com base na Lei 896/2020, ART. 280, § 1º E § 2º E ART. 283 – Código Tributário e de Rendas do Município de Tabatinga.
Emitida em 3 de julho de 2023
VÁLIDO POR 60 (SESSENTA) DIAS A PARTIR DA DATA DE EMISSÃO.

[redacted]

CONSULTA FEITA PELO AGENTE DE ARRECADAÇÃO:

[redacted]

Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria Executiva da Receita
Departamento de Arrecadação

Certidão Nº: 52434456
Data: 26/06/2023
Hora: 18:04:10
Válida até: 26/07/2023

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 19
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

C.N.P.J: 21.860.768/0001-05 - W SANTOS CHAVES - EPP

Inscrição: 05.364.804-8 - **Situação:** Ativo

CNAE: 4772-5/00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal

Resguardando o direito da Fazenda Estadual de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico que de acordo com as buscas procedidas nos livros e registros existentes na Dívida Ativa do Estado do Amazonas, correspondentes aos últimos 05 (cinco) anos, não consta qualquer débito inscrito em nome do interessado acima identificado, até a presente data. Esta CERTIDÃO é a única emitida pela Secretaria de Fazenda, inclui todos os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado.

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA
Fl nº 20
RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 12ª RM
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

MAPA COMPARATIVO DA PESQUISA DE PREÇO – NUP Nº 64597.003339/2023-82
DISPENS DE LICITAÇÃO Nr 26/2023

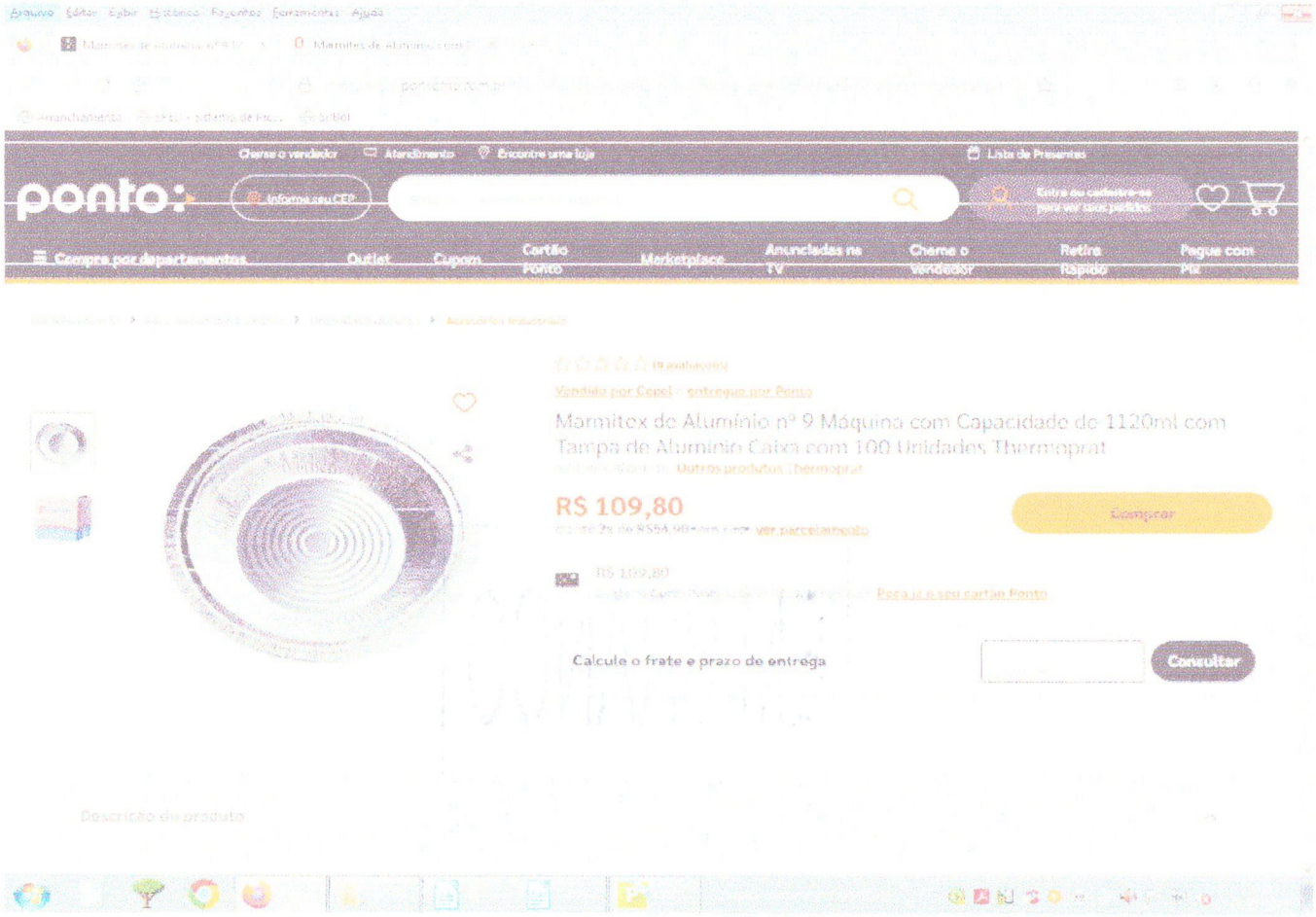
ITEM	Descrição do Item	Nome do Órgão Público/Nome Fornecedor	Processo/UASG	CNPJ	Valor unitário	Menor Preço
1	Marmita descartável, nº 9, material: alumínio, formato: redonda, comprimento x largura x altura: 22 cm X 22 cm X 7 cm, com tampa, capacidade em volume: 1200 ml; fechamento a máquina.. Similar ou superior ao modelo 9 da marca Wyda.	W Santos Chaves EPP	-	21.860.768/0001-05	R$ 0,65	R$ 0,65
		Original Comércio de Embalagens e descartáveis	-	08.684.260/0001-35	R$ 0,78	
		Ponto Frio (Via S/A)	-	33.041.260/0652-90	R$ 1,09	

[redacted]

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 21
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

ITEM 01- Marmita descartável, nº 9, material: alumínio, formato: redonda, diâmetro [illegible] cm, profundidade 6 cm, com tampa, capacidade em volume: 1200 ml; fechamento a máquina. Similar ou superior ao modelo 9 da marca Wyda.

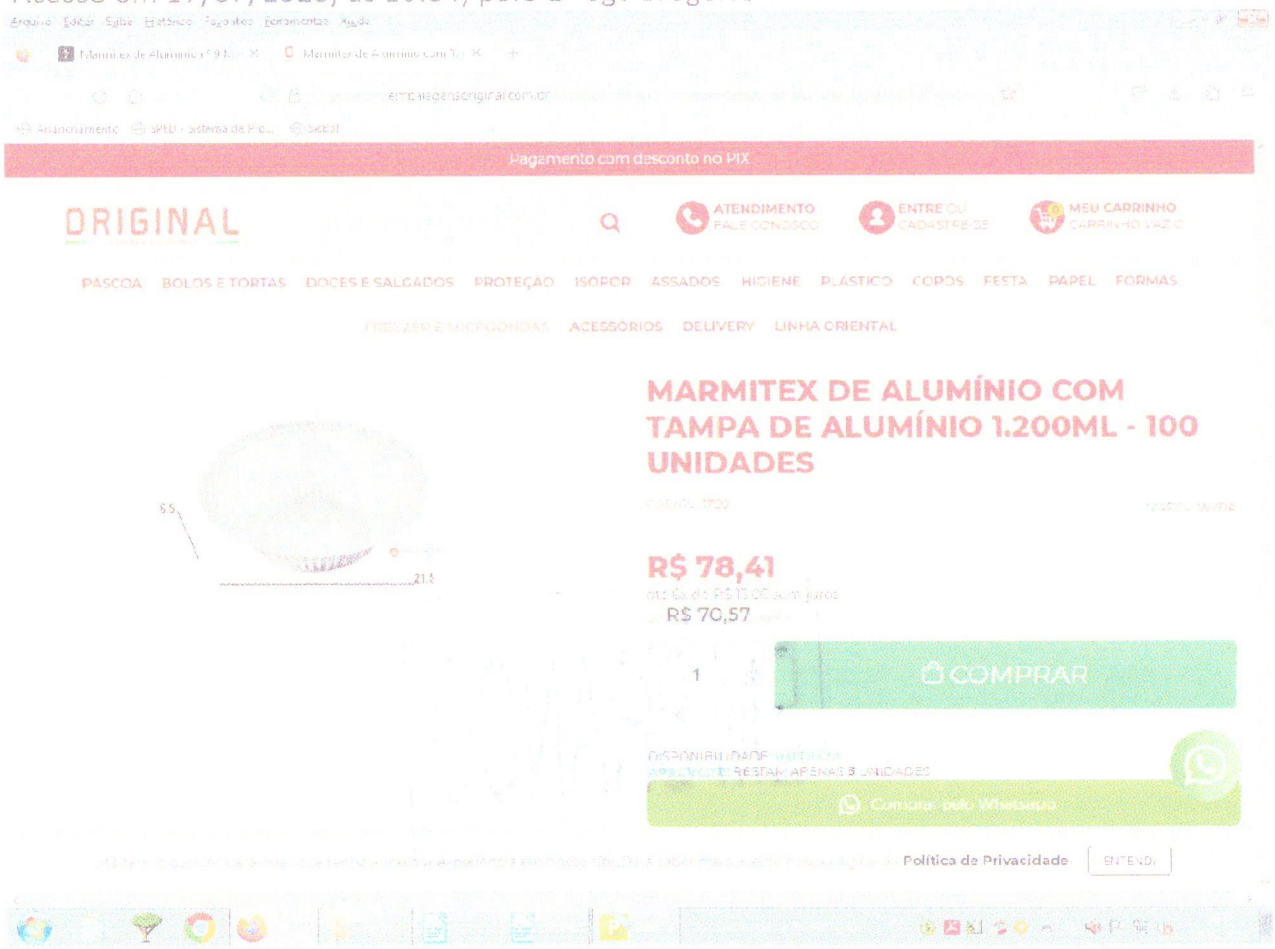
Ponto Frio (Via S/A)
CNPJ: 33.041.260/0652-90
https://www.pontofrio.com.br
Acesso em 17/07/2023, às 16:32, pelo 2º Sgt Gregório



Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 22
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

ITEM 01- Marmita descartável, nº 9, material: alumínio, formato: redonda, diâmetro 21 cm, profundidade 6 cm, com tampa, capacidade em volume: 1200 ml; fechamento a máquina. Similar ou superior ao modelo 9 da marca Wyda.

Original comércio de embalagens e descartáveis
CNPJ: 08.684.260/0001-35
https://www.embalagensoriginal.com.br
Acesso em 17/07/2023, às 16:34, pelo 2º Sgt Gregório



Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 23
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 12ª RM
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

RELATÓRIO DA PESQUISA DE PREÇOS
DISPENSA ELETRÔNICA 26/2023
(NUP: 64597.003339/2023-82)

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços a seguir discriminada, em cumprimento ao determinado na Lei n° 14.133/2021 e demais dispositivos legais, e em conformidade com a Instrução Normativa n° 73/2020 – ME.

OBJETO: Aquisição de marmitas descartáveis para o Setor de Aprovisionamento do Hospital de Guarnição de Tabatinga.

1. **PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 14 JUL a 24 AGO 23**

2. **METODOLOGIA APLICADA:** o valor de referência foi aferido por meio de:

( ) *média* ( ) mediana (X) *menor preço* ( ) outra _____

3. **FONTES DE PESQUISA:** foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observado o Artigo 5º da Instrução Normativa nº 73, do Ministério da Economia, de 05 de agosto de 2020.

( ) I - painel de preços (http://paineldeprecos.planejamento.gov.br):

Não foi possível realizar pesquisa de preço através do Painel de Preço, inciso I do Art 5º da NI Nr 73/2020, haja vista que o site em questão não é funcional em Tabatinga AM, posto que a internet nessa região distante do País não é de boa qualidade e impossibilita a consulta.

( ) II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

Não foi possível utilizar o referido parâmetro pois não foi encontrado aquisições similares num curto espaço de tempo a fim de verificar o preço praticado nas aquisições de outros órgãos públicos situados na região, onde o preço normalmente se diferenciado do praticado no mercado de outras regiões do Brasil.

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 24
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

(X) III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

Foi amplamente utilizado de acordo com as exigências, contendo todas as informações necessárias a fim de manter a transparência da pesquisa de preços do processo.

(X) IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

Foi utilizado proposta como fonte de preços a fim de verificar o preço do mercado local, onde foi possível consultar que uma das empresas situadas no município de Tabatinga-AM, ofereceu valor inferior ao praticado por alguns sites da internet, viabilizando a aquisição pelo preço oferecido.

4. ANÁLISE DA PESQUISA:

Após análise detalhada dos preços obtidos, eliminadas as discrepâncias, tendo sido priorizado inciso III e IV como fonte de consulta chegou-se ao mapa comparativo conforme discriminado no processo.

Foram definidos critérios que permitiram a busca de produtos similares ao pretendido no presente processo, levando-se em conta características idênticas de tamanho, material, qualidade e como verificou-se que a embalagem ofertada em sites na internet é caixa com 100 unidades, levou-se em conta o preço unitário de cada marmita, uma vez que a quantidade necessária registrada nos Estudos Técnicos Preliminares é de 1538 unidades. Portanto o preço considerado para fins de pesquisa é o preço unitário das marmitas.

A pesquisa de preços foi realizada considerando a realidade de valor de mercado para o Município de Tabatinga – AM, que está localizado na Região do Alto Solimões distante cerca de 1.000 Km de Manaus – AM, em linha reta e cerca de 1.600 km por via fluvial, foram analisados e considerados os custos elevados do frete, das perdas e prejuízos no transporte precário e demorado ao local de entrega, que fazem o valor destoar dos valores considerados "valores de mercado" das regiões metropolitanas.

O menor preço registrado foi considerado vantajoso, em virtude de estar compondo pesquisa de preços idônea e considerando, principalmente, a particularidade com relação à localidade de entrega dos itens. Além disso, atesto que os preços apresentados refletem a realidade atual do mercado, para os materiais de mesma natureza.

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 25
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

5. ANEXOS:

A documentação comprobatória contendo as folhas que compõem a pesquisa de preços, segue no processo.

Tabatinga-AM, 29 de agosto de 2023.

[redacted]

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 26
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA
MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 12ª RM

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nrº 26/2023
(Processo Administrativo nº 64597.003339/2023-82)
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Aquisição de material de marmitas descartáveis para o Setor de Aprovisionamento do Hospital de Guarnição de Tabatinga - HGUT. nos termos da tabela abaixo. conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Und de Medida	Qnt	Valor Unitário	Valor Total
1	226350	Marmita descartável, nº 9, material: alumínio, formato: redonda, diâmetro 21 cm, profundidade 6 cm, com tampa, capacidade em volume: 1200 ml; fechamento a máquina. Caixa com 100 und. Similar ou superior ao modelo 9 da marca Wyda.	Und	1538	R$,065	R$ 999,70
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO						R$ 999,70

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 6 meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de R$ 999,70 (novecentos e noventa e nove e setenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.5. O quantitativo e o respectivo código (CATMAT) do item é o discriminado na tabela acima.

1.5.1. Caso haja divergência entre as especificações do material cadastrado no CATMAT as constantes no Termo de Referência, prevalecerão as deste para todos os efeitos durante a vigência da ata ou de eventual contrato ou documento equivalente.

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 27
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea da Lei n. 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1 Não serão aceitos materiais diferentes dos especificados neste Termo de Referência, fora dos prazos mínimos estipulados, em mau estado de conservação, de qualidade inferior, com a embalagem danificada ou com os lacres de segurança (para aqueles produtos que houver) rompidos.

4.1.2 Critérios e práticas de sustentabilidade:

4.1.2.1 A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental;

4.1.2.2 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.2.3 que os bens sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.2.4 que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.1.2.5 que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.3.1 O objeto não se enquadra no provimento de garantia.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 28
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço, no seguinte endereço: Hospital de Guarnição de Tabatinga, HGuT, situado à Avenida da Amizade nº 887 – Centro, CEP 69.640-000 – Tabatinga – AM no horário local entre às 07:00 e 15:00 das segunda às quintas-feiras e das 07:00-12:00 às sextas-feiras.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 60 (sessenta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 60 (sessenta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.2.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 29
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

6.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.5.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 3º).

6.8. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.10. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.10.1. Emitir e analisar documentação de Habilitação;

6.10.2. Enviar Nota de Empenho para aquisição do objeto;

6.10.3. Acompanhamento da chegada do produto;

6.10.4. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar;

6.10.5. Comunicar, por escrito, eventual atraso, apresentando razões do Contratado;

1. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

6.11. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021.

6.12. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 30
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

6.13. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também em nome do sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.14. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.15. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.16. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

6.17. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.18. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

6.19. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.20. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.21. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.22. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

6.23. **Habilitação Jurídica:**

6.23.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.23.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

6.23.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.23.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 31
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

6.24. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

6.24.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.24.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida *conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas* administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.24.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.24.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.24.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.24.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.24.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

7.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 167019;
Fonte de Recursos: 1005000142;
Programa de Trabalho: 215845;
Elemento de Despesa: 339030;
Plano Interno: IXSAFUNADOM

8.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

[redacted]

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 32
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

APROVAÇÃO

Aprovo:

Nos termos do prescrito no art. 9º, inciso II e o 1º, do Dec. 5.450/05, aprovo este Termo de Referência, para realização de Dispensa de Licitação, e determino que os procedimentos licitatórios sejam realizados no sitio www.comprasgovernamentais.gov.br.

Tabatinga, AM, 29 de AGOSTO de 2023.

[redacted]

Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria Executiva da Receita
Departamento de Arrecadação

Certidão Nº: 52434456
Data: 26/06/2023
Hora: 18:04:10
Válida até: 26/07/2023

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 53
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

C.N.P.J: 21.860.768/0001-05 - W SANTOS CHAVES - EPP

Inscrição: 05.364.804-8 - **Situação:** Ativo

CNAE: 4772-5/00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal

Resguardando o direito da Fazenda Estadual de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico que de acordo com as buscas procedidas nos livros e registros existentes na Dívida Ativa do Estado do Amazonas, correspondentes aos últimos 05 (cinco) anos, não consta qualquer débito inscrito em nome do interessado acima identificado, até a presente data. Esta CERTIDÃO é a única emitida pela Secretaria de Fazenda, inclui todos os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado.

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA DE TABATINGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIRETORIA DE CADASTRO, COBRANÇA E FISCALIZAÇÃO

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 34
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº 523/2023

NOME:	W SANTOS CHAVES EPP
CPF/CNPJ:	21.860.768/0001-05
ENDEREÇO:	RUA: DUQUE DE CAXIAS, 305, COMUNICAÇÕES
INSC. MUN.	02199/15

Ressalvado o direito de a Secretaria de Fazenda / Diretoria de Cadastro, Cobrança e Fiscalização de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas, é certificado que não **CONSTAM**, até esta data, **PENDÊNCIAS** em seu nome, relativas aos tributos e contribuições municipais administrados por essa exatoria. Essa **CERTIDÃO** é a única emitida pela Secretaria de Fazenda / Coordenadoria de Fiscalização Tributária, inclui todos os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa do Município.
Certidão expedida com base na Lei 896/2020, ART. 280, § 1° E § 2° E ART. 283 – Código Tributário e de Rendas do Município de Tabatinga.
Emitida em 3 de julho de 2023
VÁLIDO POR 60 (SESSENTA) DIAS A PARTIR DA DATA DE EMISSÃO.

GILBERTO LOPES DE ALMEIDA
DIRETOR DE CADASTRO, COBRANÇA E FISCALIZAÇÃO

CONSULTA FEITA PELO AGENTE DE ARRECADAÇÃO
[redacted]

Ministério da Defesa Exército Brasileiro
Fl nº 35
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

[redacted]

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 47088, de 2 de outubro de 2023, da 3ª Seção)

Deslocou-se em 270600 SET 23 e retornou em 271100 SET 23 da localidade de Comunidade Indígena em Feijoal-AM, onde participou da Ação Cívico-Social naquela localidade.

[redacted]

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 47090, de 2 de outubro de 2023, da 3ª Seção)

2) Visita Médica - Aprovação de Parecer

Aprovo o parecer abaixo, exarado pelo Médico Atendente desta OMS (2º Ten José Lucas QUADROS de Sá – CRM/AM 11917):

[redacted]

- Convém ser dispensado do TAF/TFM por 07 (sete) dias a contar de 02 OUT 23.

Em consequência, a S Div Pes e demais militares interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 47115, de 03 de outubro de 2023, Seção de Saúde da OM)

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

a. PROCESSO LICITATÓRIO

Designação

Designo o seguinte militar abaixo, de acordo com o inciso III, alíena "a" do Art. 75 da Lei 14.133, 1º de abril de 2021, para realização da Dispensa Eletrônica nº 26/2023. A Dispensa Eletrônica atenderá as necessidades do Aprovisionamento do Hospital de Guarnição de Tabatinga, em conformidade ao Planejamento do Setor de Aquisições, Licitações e Contratos – SALC:

Processo: Dispensa de Licitação Nr 26/2023
Objeto: Aquisição de marmita descartável
Responsável pelo Planejamento da Contratação: 1º Ten Raquel Rocha
Valor da Dispensa: R$ 999,70 (novecentos e noventa e nove reais e setenta centavos)
Data da Entrega da Requisição: 29/08/2023

(Por não ter sido publicado em data oportuna)

[redacted]

Em consequência: O Ch do Aprovisionamento, a SALC, a militar designada e demais interessados tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes em conformidade com a legislação em vigor.

(Nota nº 47129, de 04 de outubro de 2023, da SALC)

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 36
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TAPATINGA

b. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Abertura

Em atenção ao DIEx nº 30 - Sec Ap Tec/Div Adm/S Dir (EB: 64597.004625/2023-65), de 03 de outubro de 2023, determino que seja instaurado o Processo Administrativo de Portaria 09-PA/2023, tendo como encarregado o militar abaixo, para fins de esclarecimento das circunstâncias que deram causa ao fato, oportunizar a ampla defesa e o contraditório e apresentar um parecer conclusivo sobre possibilidade de aplicação das sanções administrativas previstas, no Artigo 87, da Lei nº 8.666/93, Lei nº 9.784/99, Lei 10.520/2002 e no respectivo Edital de Licitação.

[redacted]

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências.

(Em solução à nota 47125, de 04 de outubrobro 2023, da(o) Div Adm)

Em atenção ao DIEx nº 31 - Sec Ap Tec/Div Adm/S Dir (EB: 64597.004632/2023-67), de 03 de outubro de 2023, determino que seja instaurado o Processo Administrativo de Portaria 10-PA/2023, tendo como encarregado o militar abaixo, para fins de esclarecimento das circunstâncias que deram causa ao fato, oportunizar a ampla defesa e o contraditório e apresentar um parecer conclusivo sobre possibilidade de aplicação das sanções administrativas previstas, no Artigo 87, da Lei nº 8.666/93, Lei nº 9.784/99, Lei 10.520/2002 e no respectivo Edital de Licitação.

[redacted]

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências.

(Em solução à nota 47130, de 04 de outubro 2023, da(o) Div Adm)

c. PROCESSOS LICITATÓRIOS

Dispensa de Licitação

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2023

1) Aquisição de marmitas descartáveis

Com o DIEx Nr 92–Set Aprov/Div Adm/S Dir/Dir, de 29 agosto 23, EB 64597.003339/2023-82, o Encarregado do Setor de Aprovisionamento encaminhou para a Fiscalização Administrativa documentação referente à aquisição de marmitas descartáveis, a fim de atender os funcionários civis, militares/dependentes internados do HGuT e seus acompanhates entre outros públicos.

Descrição: Marmita descartável, nº 09, material alumínio, formato: redonda, comprimento x largura x altura: 22cm x 22cm x 7 cm, com tampa, capacidade em volume: 1200 ml, fechamento a máquina. Similar ou superior ao modelo 9 da marca Wyda.

Quantidade: 1538

Valor Unitário: R$ 0,65

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 37
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CAMARA NACIONAL DE MODELOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CNMLC/DECOR/CGU

LISTA DE VERIFICAÇÃO

(Licitação para Compras e Serviços, exceto engenharia e TIC)

Notas explicativas

A presente lista de verificação foi elaborada com base na disciplina conferida pela Lei nº 14.133/21 para aquisições e serviços comuns.

A presente lista pressupõe a utilização dos modelos de editais, contratos e termos de referência elaborados pela CNMLC em conjunto com a Seges/ME, uma vez que tais modelos cumprem os requisitos legais essenciais, dispensando sua verificação específica[1].

A lista deve ser preenchida pelo órgão contratante como instrumento de transparência e eficiência durante a fase de instrução do processo para permitir a conferência das exigências mínimas nela contidas, devendo ser juntada ao processo antes da remessa ao órgão de assessoramento jurídico.

A lista foi dividida em **quatro** seções. A primeira trata de requisitos gerais de todas as contratações. A segunda seção abrange aspectos específicos da pesquisa de preços e das questões orçamentárias. A terceira seção abrange aspectos relativos a aquisições. A última seção abrange aspectos específicos para contratação de serviços em geral.

A coluna "Atende plenamente a exigência?" deverá ser preenchida apenas com as respostas pré-definidas no formulário, sendo:

Sim: atende plenamente a exigência
Não: não atende plenamente a exigência
Não se aplica: a exigência não é feita para o caso analisado

Na utilização das listas deverão ser analisadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida mediante justificativa ou enquadramentos específicos, ou se deve haver complementação da instrução.

Eventuais sugestões de alteração de texto desta lista poderão ser encaminhadas ao e-mail: cgu.modeloscontratacao@agu.gov.br

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 38
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Houve abertura de processo administrativo?[2]	Sim	01
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?[3]	Sim	09
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?[4]	Sim	01
Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções? [5]	Não se aplica	
Consta documento de formalização de demanda?[6]	Sim	03
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?[7]	Sim	18
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?[8]	Não se aplica	
Há Estudo Técnico Preliminar?[9]	Sim	06
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?[10]	Sim	05
Há Análise de Riscos?[11]	Sim	14
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?[12]	Não se aplica	
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto?[13]	Sim	15
Há termo de referência?[14]	Sim	34
Foi certificada a utilização do Sistema TR Digital ou o atendimento das regras e procedimentos da IN ME 81/2022? [15]	Não se aplica	
Os autos estão instruídos com o edital da licitação? [16]	Sim	02
Caso seja adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital da licitação? [17]	Não se aplica	
Foi utilizado modelo padronizado de edital ou justificada sua não utilização?[18]	Não	

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 39
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA
RUBRICA

VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Consta orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação?[19]	Sim	19
Foi certificado que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto?[20]	Sim	28
Foi certificado que o estimado preço foi obtido com base em pelo menos três preços ou houve justificativa pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente para a hipótese excepcional em que não for respeitado referido número mínimo?[21]	Sim	24
Caso o preço tenha sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, foi certificado que o valor estimado não é superior à mediana do item nos sistemas consultados?[22]	Não se aplica	
A pesquisa de preços contém, no mínimo, I - descrição do objeto a ser contratado; II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento; III - caracterização das fontes consultadas; IV - série de preços coletados; V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado; VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável; VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN Seges 65/2021?[23]	Sim	16
Foi certificado que foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes?[24]	Não se aplica	

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 40
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Houve manifestação quanto à observância do princípio da padronização?[25]	Não se aplica	
Houve manifestação quanto à observância do princípio do parcelamento?[26]	Sim	07
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização?[27]	Não se aplica	
Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade?[28]	Sim	04
Tratando-se de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital definiu o local da realização dos serviços?[29]	Sim	10
Caso o edital tenha previsto valores mínimos de salário, foi certificado que não houve fixação em valor inferior ao definido em lei ou ato normativo?[30]	Não se aplica	
Foi observada a vedação de exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado?[31]	Sim	17
Consta do edital que durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato?[32]	Não	
Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado?[33]	Não se aplica	

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 41
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

[1] ON AGU 69/2021: "Não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação. Aplica-se o mesmo entendimento às contratações diretas fundadas no art. 74, da Lei nº 14.133, de 2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021.

[2] Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: "os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento."

[3] Decreto nº 8.539/2015 e art. 12, VI, da Lei 14133/21

[4] Art. 7º, *caput*, da Lei 14133/21

[5] Art. 7º, §1º, da Lei 14133/21. Art. 12 do Decreto 11246/22.

[6] O DFD é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do PCA. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos. Entretanto, nos casos previstos no art. 7º do Decreto nº 10.947/22, há a dispensa do registro da contratação no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Então, nesta hipótese, o DFD constará apenas do processo de contratação direta, conforme art. 12, VII e §1º, da Lei 14133/21 e art. 7º do Decreto 10947/22, já citados.

[7]. Destaque-se que, para as contratações da Lei nº 14133/21, aplica-se, quanto ao Plano de Contratações Anual, apenas o Decreto nº 10947/22 e não a IN SEGES/ME nº 1/2019, conforme Nota n. 00001/2021/CNMLC/CGU/AGU. Quanto a esse Decreto, atentar para as exceções da obrigatoriedade de registro dispostas no seu art. 7º, informações classificadas como sigilosas, as contratações feitas por suprimento de fundos e pequenas compras e serviços de pronto pagamento do art. 95, §2º, todos da Lei nº 14133/21.

[8] Art. 18 da Lei 14133/21

[9] Art. 18, §1º, da Lei 14133/21

[10] Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14133/21.

Obs.: os incisos obrigatórios são:

"I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

[...]

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

[...]

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

[...]

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

[...]

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina."

[11] Art. 18, X, da Lei nº 14133/21. Cabe ressaltar que a análise de riscos não se confunde com a matriz de alocação de riscos, já que aquela é ato interno de planejamento da contratação, enquanto esta é cláusula contratual de pactuação de riscos com o contratado.

[12] Art. 18, §2º, da Lei 14133/21

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 42
RUBRICA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

[13] Art. 5º e art. 11, I e IV, da Lei 14133/21
Obs.: Recomenda-se a consulta ao "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", da CGU/AGU, que contém orientações indispensáveis para a contratação de determinados objetos.
[14] Art. 18, II, da Lei 14133/21; IN ME nº 81/2022.
[15] Art. 4º da IN ME nº 81/2022.
[16] Art. 18, V, da Lei 14133/21.
[17] Art. 24, par. ún., da Lei 14133/21.
[18] Art. 19, IV e §2º, e art. 25, §1º, da Lei nº 14.133/21.
[19] Art. 18, IV, da Lei 14133/21. Art. 9º da IN Seges 65/21, c.c. art. 30, X, da IN Seges 5/2017;
[20] Art. 23 da Lei 14133/21.
[21] Art. 6º, §5º, da IN Seges nº 65/21.
[22] Art. 6º, §6º, da IN Seges nº 65/21.
[23] Art. 3º da IN Seges 65/21.
[24] Art. 5º e §1º da IN Seges nº 65/21.
[25] Art. 47, I, da Lei 14133/21
[26] Art. 47, II, da Lei 14133/21
[27] Art. 19, §2º, e art. 40, §1º, da Lei 14133/21
[28] Art. 48 da Lei 14133/21
[29] Art. 47, §2º, da Lei 14133/21
[30] Art. 48, II, da Lei 14133/21
[31] Art. 48, VI, da Lei 14133/21
[32] Art. 48, parágrafo único, da Lei 14133/21
[33] Art. 49 da Lei 14133/21

Fl nº 43

RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 14 dias do mês de novembro de 2023 procedemos ao encerramento deste Processo Administrativo nº 64597.003339/2023-82 contendo 43 folhas.

[redacted]